



VOCÊ NA
DEFENSORIA

SIMULADO DPE-MT

DIREITO CIVIL

1. Fica excluído da garantia legal da impenhorabilidade do bem de família:

- a) o imóvel que esteja incluído em ação de inventário, ainda que seja qualificado como bem de família;
 - b) o imóvel que se qualifica como bem de família, mas foi doado aos filhos em fraude à execução, mantendo-se o seu uso para servir de moradia à entidade familiar;
 - c) o imóvel do devedor solidário em contrato de locação;
 - d) o imóvel pertencente a pessoa jurídica que sirva de residência ao sócio, mas no qual não haja confusão entre a moradia da entidade familiar com o local de funcionamento da empresa;
 - e) o imóvel residencial oferecido como garantia real, em favor de terceiros, pelo casal, quando o proveito se reverteu em favor da entidade familiar.
-

2. No regime da comunhão parcial de bens, não se comunicam na partilha:

- a) o imóvel doado por programa habitacional durante o casamento, registrado em nome de apenas um dos cônjuges;
 - b) a dívida oriunda do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) contraída por um dos cônjuges;
 - c) o prêmio de loteria;
 - d) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;
 - e) os valores depositados em planos abertos de previdência privada durante a vida em comum do casal.
-

3. No tocante à disciplina do direito a alimentos gravídicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A ação de alimentos gravídicos perde seu objeto com o nascimento da criança.
 - b) Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.
 - c) Os alimentos gravídicos compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto.
 - d) Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança.
 - e) Os alimentos gravídicos referem-se à parte das despesas que deverá ser custeada pelo futuro pai, considerando-se a contribuição que também deverá ser dada pela mulher grávida, na proporção dos recursos de ambos.
-

4. Acerca da tomada de decisão apoiada, assinale a alternativa INCORRETA, considerando-se as disposições do Código Civil Brasileiro:

- a) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2

(duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

b) Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

c) O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pelo Ministério Público, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio.

d) A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

e) Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

5. Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configura-se:

- a) lesão;
- b) erro;
- c) estado de necessidade;
- d) estado de perigo;
- e) coação.

6. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. Entende-se por confusão patrimonial ou desvio de finalidade, EXCETO:

- a) o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;
 - b) a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;
 - c) atos de descumprimento da autonomia patrimonial;
 - d) a extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica;
 - e) a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
-

7. O Código Civil elenca as associações como pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, inciso I).

Considerando-se o regramento legal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) as associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- b) há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos;
- c) a qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário;
- d) a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto;
- e) os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

8. Prescreve em 03 (três) anos:

- a) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem;
- b) a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas;
- c) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;
- d) a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo;
- e) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. Poderão ser partes nos Juizados Especiais Cíveis, na qualidade de autores, nos termos da Lei nº 9.099/1995, EXCETO:

- a) os microempreendedores individuais;
- b) as microempresas e empresas de pequeno porte;
- c) as pessoas jurídicas qualificadas como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- d) as sociedades de crédito ao microempreendedor;
- e) as pessoas físicas incapazes.

10. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Considerando-se as disposições processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo;
- b) A tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- c) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada extingue-se após 05 (cinco)

anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.

d) A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

e) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

11. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. O valor da causa será:

a) na ação de alimentos, a soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais pedidas pelo autor;

b) na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente ao de maior valor;

c) na ação em que houver pedidos subsidiários, o valor correspondente à soma dos valores de todos eles;

d) na ação em que os pedidos são alternativos, o valor do pedido principal;

e) na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.

12. Os requisitos da petição inicial encontram-se dispostos no art. 319 do Código de Processo Civil, dentre os quais o pedido com as suas especificações. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O pedido deve ser determinado, porém, é lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão;

c) A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.

d) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;

e) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.

13. Nos termos do art. 1º da Lei n. 4.717/1965, a ação popular será proposta por qualquer cidadão para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, de forma abrangente. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) É cabível o ajuizamento de ação popular para discutir interesses individuais homogêneos de caráter tributário.

- b) Declarações públicas ou opiniões de agentes políticos, desprovidas de efeitos jurídicos vinculativos, não podem ser questionadas via ação popular.
- c) Consideram-se patrimônio público, para os fins de ação popular, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.
- d) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- e) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

14. O fiador, na ação em que for réu, poderá pleitear a citação do afiançado, através da hipótese de intervenção de terceiros denominada:

- a) assistência simples;
- b) assistência litisconsorcial;
- c) chamamento ao processo;
- d) denunciação da lide;
- e) oposição.

15. Considerando-se as disposições do Código de Processo Civil e o entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) A prerrogativa de prazo em dobro para a Defensoria Pública não se aplica aos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) Os honorários sucumbenciais devidos à Defensoria Pública são de sua livre gestão, não cabendo ao Judiciário, ante eventual ausência ou pendência de regulamentação do Fundo de Aparelhamento da Instituição, determinar sejam depositados em conta judicial vinculada ao processo.
- d) A Defensoria Pública não possui legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.
- e) A intimação por aplicativo de mensagens viola a prerrogativa da Defensoria Pública de intimação pessoal.

16. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Estão excluídos desta regra, EXCETO:

- a) as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;

- b) o julgamento de recursos repetitivos;
- c) o julgamento de embargos de declaração;
- d) o julgamento de agravo de instrumento;
- e) o julgamento de agravo interno.

17. A regra processual segundo a qual “o juiz não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício” corresponde ao princípio:

- a) da boa-fé;
- b) da cooperação processual;
- c) da vedação à decisão surpresa;
- d) do impulso oficial;
- e) da inércia jurisdicional.

18. Acerca da jurisdição e ação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- c) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.
- d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- e) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

19. A Lei nº 13.431/17 normatiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Sobre os procedimentos de escuta especializada e depoimento especial previstos na referida Lei, julgue as assertivas a seguir:

- I. Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência realizado perante autoridade policial ou judiciária, limitado o relato estritamente ao necessário para a proteção integral.
- II. A criança ou o adolescente será ouvido sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial, e na hipótese de revelação espontânea da violência, estes serão chamados a confirmar os fatos na forma especificada, salvo em caso de intervenções de saúde.
- III. O depoimento especial deve ser regido por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, sendo este rito cautelar de antecipação de prova obrigatório apenas em caso de violência sexual.

IV. O depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, sendo vedado o contato, ainda que visual, da criança ou adolescente com o suposto autor, e a gravação do depoimento será realizada em áudio e vídeo, tramitando o procedimento em segredo de justiça.

- A) II e IV.**
- B) I, II e III.**
- C) II, III e IV.**
- D) I e III.**
- E) I e IV.**

20. Com relação aos procedimentos e às regras processuais aplicáveis à Justiça da Infância e da Juventude, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a jurisprudência correlata do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise as afirmações abaixo:

- I. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, os prazos são contados em dias corridos e há vedação expressa ao prazo em dobro para a Fazenda Pública, o Ministério Público e a Defensoria Pública, em razão da prioridade absoluta da tramitação.**
- II. O Juiz da Infância e da Juventude pode expedir portaria para disciplinar a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais, em bailes ou promoções dançantes, desde que as determinações sejam fundamentadas caso a caso, sendo vedadas as de caráter geral.**
- III. O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, salvo em situações de urgência, é de competência exclusiva da autoridade judiciária e deve importar na deflagração de procedimento judicial contencioso, garantindo-se aos pais o contraditório e a ampla defesa.**
- IV. Na ausência de previsão de procedimento específico no ECA, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público; tal regra aplica-se para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos.**

Estão CORRETAS apenas:

- a) I e III.**
- b) II e IV.**
- c) II e III.**
- d) I, III e IV.**
- e) I, II e III.**

21. A Lei nº 15.211/25 estabelece a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, impondo deveres específicos aos fornecedores de produtos e serviços de tecnologia da informação.

A respeito dos deveres e vedações previstos na lei, assinale a opção INCORRETA:

- A) Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças ou de acesso provável por elas deverão, desde a concepção, garantir, por padrão, a configuração no modelo mais protetivo disponível em relação à privacidade e à proteção de dados pessoais, sendo vedado abster-se de realizar o tratamento de dados de forma que cause, facilite ou contribua para a violação de direitos.
- B) É vedada a utilização de técnicas de perfilamento para direcionamento de publicidade comercial a crianças e a adolescentes, e também é proibido o emprego de análise emocional, de realidade aumentada ou virtual para esse fim.
- C) Os fornecedores de redes sociais deverão garantir que usuários de até 14 (quatorze) anos de idade estejam vinculados ao usuário ou à conta de um de seus responsáveis legais.
- D) Os jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que incluam funcionalidades de interação entre usuários por mensagens, áudio ou vídeo deverão, por padrão, limitar as funcionalidades de interação a usuários, de modo a assegurar o consentimento dos pais ou responsáveis legais.
- E) É dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo pela vítima ou pelo Ministério Público, independentemente de ordem judicial, salvo se forem conteúdos jornalísticos ou submetidos a controle editorial.

22. A Lei nº 12.594/12 (SINASE) estabelece o conjunto de princípios e regras para a execução das medidas socioeducativas, distribuindo responsabilidades entre os entes federados e regulamentando o Plano Individual de Atendimento (PIA).

Com base nas disposições do SINASE, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Compete à União formular e coordenar a execução da política nacional de atendimento socioeducativo, sendo, contudo, vedado o desenvolvimento e a oferta de programas próprios de atendimento de qualquer natureza, inclusive em meio aberto.
- B) Aos Municípios compete, prioritariamente, criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de Semiliberdade e Internação, cabendo aos Estados a responsabilidade pela criação e manutenção dos programas em meio aberto.
- C) Para o cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Plano Individual de Atendimento (PIA) será elaborado sob responsabilidade da equipe técnica do programa no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente, com participação obrigatória de seus pais ou responsável.
- D) A decisão judicial relativa à execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida será proferida

após manifestação do defensor e do Ministério Público, e a medida deverá ser reavaliada no máximo a cada 3 (três) meses.

E) A revisão judicial de qualquer sanção disciplinar aplicada deve ser solicitada pelo defensor ou pelo Ministério Público, sendo vedado que o adolescente ou seus pais postulem diretamente a revisão, cabendo ao Juiz da Execução suspender a sanção se houver perigo de dano irreparável.

23. No contexto da proteção integral e das medidas aplicáveis à criança ou ao adolescente em situação de ameaça ou violação de direitos (Art. 98 do ECA), analise as seguintes afirmações:

I. O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e não se aplica o princípio da intervenção mínima (Art. 100, VII), devendo o Juiz ordenar de ofício o afastamento, a fim de garantir a intervenção precoce.

II. A inclusão de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

III. O Juiz da Infância e da Juventude, constatando a impossibilidade de reintegração familiar após encaminhamento a programas de orientação e apoio social, deve receber um relatório fundamentado do programa de acolhimento e terá o prazo de 5 (cinco) dias para ingressar com a ação de destituição do poder familiar, ouvidos o Ministério Público.

IV. A medida de proteção de requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, será aplicada somente à criança ou ao adolescente, sendo vedada sua extensão aos pais ou responsáveis, exceto em caso de vitimização em crime contra a dignidade sexual.

Estão CORRETAS apenas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) Apenas II.

DIREITO DO CONSUMIDOR

24. O Código de Defesa do Consumidor NÃO é aplicável:

- a) aos contratos de plano de saúde;
- b) aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas;
- c) aos contratos interempresariais celebrados entre os sujeitos integrantes do arranjo de pagamentos com cartões;

- d) às entidades abertas de previdência complementar;
- e) às instituições financeiras.

25. Assinale a alternativa INCORRETA, considerando-se o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A glotoplastia para feminilização de voz, no contexto do processo transexualizador, não é procedimento de cobertura obrigatória pelos planos de saúde, por ausência de previsão expressa no rol da ANS e, portanto, não enseja indenização por danos morais a sua negativa.
- b) A recusa indevida de internação de paciente em situação de emergência, sob alegação de carência contratual, configura dano moral.
- c) A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação.
- d) O plano de saúde não é obrigado a fornecer medicamento de uso domiciliar, não incluído no rol da ANS, para gestante com trombofilia.
- e) Não é possível ao hospital denunciar a lide aos médicos responsáveis pelos atendimentos a paciente, aos quais é imputada a prática de erro médico.

26. A Lei nº 14.181/2021 alterou o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Neste sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.
- b) No âmbito da prevenção, do tratamento e da conciliação administrativa ou judicial das situações de superendividamento, considera-se mínimo existencial a renda mensal do consumidor pessoa natural equivalente a vinte e cinco por cento do salário mínimo vigente na data de publicação do Decreto que regulamenta a matéria (Decreto nº 11.150/2022).
- c) É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor;
- d) Na oferta de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário deverá, entre outras condutas, avaliar, de forma responsável, as condições de crédito do consumidor, mediante análise das informações disponíveis em bancos de dados de proteção ao crédito.

e) São conexos, coligados ou interdependentes, entre outros, o contrato principal de fornecimento de produto ou serviço e os contratos acessórios de crédito que lhe garantam o financiamento quando o fornecedor de crédito oferecer o crédito no local da atividade empresarial do fornecedor de produto ou serviço financiado ou onde o contrato principal for celebrado.

27. A respeito da conciliação no superendividamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.
- b) Na audiência preliminar referente à repactuação de dívidas por superendividamento, não há obrigação legal para o credor apresentar contraproposta ou aderir ao plano de pagamento pelo devedor, sendo inaplicáveis as sanções do art. 104-A, § 2º, do CDC.
- c) Excluem-se do processo de repactuação as dívidas, ainda que decorrentes de relações de consumo, oriundas de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de realizar pagamento, bem como as dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural.
- d) O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória.
- e) O pedido do consumidor superendividado, para instaurar-se processo de repactuação de dívidas, acarretará a declaração de insolvência civil.

28. O consumidor poderá reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação:

- a) no prazo decadencial de sessenta dias, tratando-se de serviço e de produto não durável;
- b) no prazo prescricional de trinta dias, tratando-se de serviço e de produto não durável;
- c) no prazo decadencial de noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto durável;
- d) no prazo prescricional de noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto durável;
- e) no prazo decadencial de sessenta dias, tratando-se de serviço e de produto durável.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

29. Uma comunidade composta por 50 famílias de baixa renda ocupa, desde janeiro de 2013, uma área de 10.000 m² pertencente à Companhia de Águas e Esgotos (sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial). No local, as famílias construíram moradias de alvenaria e consolidaram uma estrutura comunitária, embora não possuam título de propriedade. Em 2024, diante de uma ameaça de remoção, a Associação de Moradores, devidamente constituída e representada por advogado particular, buscou a regularização da área. Com base no caso, assinale a alternativa correta:

- A)** A defesa técnica poderá pleitear a usucapião especial urbana coletiva sobre a área total, uma vez que a destinação habitacional consolidada por mais de 5 anos se sobrepõe à natureza jurídica da proprietária, permitindo a prescrição aquisitiva sobre bens de sociedade de economia mista, independentemente de sua afetação ao serviço público.
- B)** É cabível a instauração de Reurb de Interesse Social (Reurb-S) para a regularização do núcleo, sendo, todavia, requisito indispensável para o início do procedimento administrativo que a área ocupada tenha sido previamente demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor do Município.
- C)** Considerando que a ocupação se consolidou em 2013 e incide sobre imóvel de entidade da administração indireta com características urbanas, os ocupantes possuem direito subjetivo à Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), título que pode ser obtido via administrativa ou judicial.
- D)** Na eventual ação possessória multitudinária ajuizada pela Companhia, a atuação da Defensoria Pública será dispensável caso a Associação de Moradores já tenha constituído advogado particular nos autos, visto que a intervenção *custos vulnerabilis* tem caráter subsidiário e visa apenas suprir a ausência de defesa técnica.
- E)** A regularização fundiária poderá se dar por meio da Legitimação de Posse, título conferido por ato do poder público que garante a aquisição imediata do direito real de propriedade aos ocupantes, aplicando-se indistintamente a imóveis situados em áreas públicas ou privadas.

30. Uma associação de consumidores ajuizou uma Ação Civil Pública, atuando como substituta processual, e obteve sentença favorável, transitada em julgado. Para iniciar a execução individualizada em nome dos beneficiários, a associação deverá:

- A)** Apresentar a relação nominal dos beneficiários, mas estará dispensada de procurações individuais, pois sua legitimidade para atuar como substituta processual se estende automaticamente a todas as fases do processo
- B)** Apresentar procurações individuais específicas de cada beneficiário, pois, ao promover a execução individualizada, a associação civil passa a exercer função representativa, e não mais substitutiva.
- C)** Apenas comprovar que os beneficiários eram filiados à associação na data da propositura da ACP, sendo dispensada qualquer autorização para a execução
- D)** Estar dispensada da apresentação de qualquer documento ou autorização, dada a sua legitimação genérica prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC)
- E)** Promover a execução em nome próprio e em defesa de direito alheio, bastando indicar o CPF dos beneficiários no polo ativo da demanda.
-

31. Acerca da proteção dos direitos da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003) e do entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- A)** A criação de instituições de longa permanência constitui ato discricionário do administrador, que deve ponderar a conveniência e a oportunidade.
- B)** Nos contratos de seguro de vida em grupo, a cláusula de majoração do prêmio por faixa etária é considerada abusiva quando o segurado completar 60 anos e contar com mais de 10 anos de vínculo contratual, aplicando-se, por analogia, o Art. 15, parágrafo único, da Lei de Planos de Saúde.
- C)** O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar em razão da mudança de faixa etária do beneficiário é, em regra, válido, desde que haja previsão contratual e os percentuais aplicados não sejam desarrazoados ou discriminatórios, sendo esse entendimento inaplicável aos planos de saúde coletivos.
- D)** A competência para processar e julgar causas, individuais ou coletivas, que versem sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado à pessoa idosa com deficiência ou limitação incapacitante é absoluta, sendo fixada no foro do domicílio do idoso.
- E)** Para a obtenção da superpreferência no pagamento de precatórios, nos termos do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, o único requisito necessário é que o credor seja pessoa idosa, sendo irrelevante a natureza alimentar ou não da dívida.
-

32. O Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a constitucionalidade de atos normativos federais que tratavam da organização e do funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Com base no entendimento fixado, assinale a opção correta:

- A)** As restrições normativas foram consideradas constitucionais, pois o Estado Brasileiro, ao ratificar a

Convenção com *status* de Emenda Constitucional, não se comprometeu a garantir a participação plena e efetiva da sociedade civil na condução das questões públicas, mas apenas a instituir mecanismos de coordenação governamental.

B) Tais normas são constitucionais, pois a escolha dos representantes da sociedade civil no CONADE é matéria de conveniência e discricionariedade da Administração Pública, desde que assegurada a composição paritária do órgão.

C) A inconstitucionalidade foi declarada apenas naqueles pontos que violavam o princípio da legalidade, mantendo-se hígidas as restrições que estabeleciam processo seletivo, por não haver exigência expressa de eleições livres na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

D) O CONADE, por ser um órgão consultivo e deliberativo, não possui o caráter de mecanismo independente de monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o que permitiria à Administração Pública selecionar os representantes da sociedade civil.

E) Normas que, a pretexto de regulamentar a participação da sociedade civil no CONADE, acabam por dificultá-la, são consideradas inconstitucionais por vulnerarem o caráter independente do órgão e o direito à participação efetiva da sociedade civil nas políticas públicas.

33. Acerca do direito à saúde dos povos indígenas, é correto afirmar:

A) O Poder Judiciário não pode determinar que o Poder Executivo adote medidas necessárias à concretização dos direitos constitucionais dos indígenas, sob pena de ofensa à separação dos poderes.

B) Em virtude do princípio constitucional da igualdade, bem como da universalidade do acesso aos serviços de saúde, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deve utilizar o mesmo modelo previsto no Sistema Único de Saúde para a atenção à saúde indígena.

C) O Estado-membro é parte legítima para figurar em polo passivo de ação que busca o fornecimento de saneamento básico como meio indispensável à manutenção da saúde indígena.

D) As populações indígenas, desde que integradas, terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde.

E) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena será financiado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, conforme a localização dos territórios indígenas.

DIREITO PENAL

34. Sobre os princípios e as funções do Direito Penal no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

A) A função simbólica do Direito Penal, embora criticada, busca criar a impressão de que a criminalidade está sob controle, o que, a longo prazo, leva ao fortalecimento da credibilidade do ordenamento jurídico.

- B) O princípio da fragmentariedade impõe que o Direito Penal atue apenas subsidiariamente, intervindo somente quando as demais esferas de controle social (civil e administrativo) se mostrarem insuficientes.
- C) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas por um agente público, mesmo que razoável, configura o crime de abuso de autoridade, caso comprovada a finalidade específica de prejudicar outrem.
- D) O princípio da intervenção mínima veda expressamente a utilização da interpretação extensiva em matéria penal, permitindo-a somente em benefício do réu (analogia *in bonam partem*).
- E) O Direito Penal, em sua função de garantia, tem como objetivo proteger os cidadãos e delimitar o poder punitivo do Estado, assegurando que apenas fatos expressamente previstos em lei sejam punidos.

35. Uma mulher transexual (Joana) é vítima de violência psicológica e física perpetrada por seu companheiro (Pedro) no ambiente doméstico, baseada em menosprezo à sua condição de mulher. A defesa de Pedro alega a inaplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) ao caso, argumentando que a lei visa proteger apenas mulheres do sexo biológico feminino, sendo necessário um critério biológico e não de gênero para sua incidência.

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e as disposições legais sobre a matéria, assinale a afirmativa CORRETA:

- A) A Lei Maria da Penha não se aplica ao caso, pois a sua incidência pressupõe que a vítima seja mulher em razão do sexo biológico, sendo a relação de gênero irrelevante para a configuração da violência doméstica e familiar.
- B) A Lei Maria da Penha é aplicável a Joana, pois o STJ entende que o conceito de "mulher" para os fins da lei abrange as mulheres trans em situação de violência doméstica e familiar, afastando-se o critério meramente biológico e priorizando a vulnerabilidade de gênero.
- C) A violência sofrida por Joana configura violência doméstica, contudo, a persecução penal depende da comprovação da hipossuficiência econômica da vítima para que o sistema protetivo da Lei Maria da Penha possa ser aplicado.
- D) Para a incidência da lei no caso de mulheres trans, é necessário que a violência física tenha resultado em lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, uma vez que a violência psicológica não é suficiente para afastar a discussão sobre a natureza biológica da vítima.
- E) Embora a lei seja aplicável a Joana, a ação penal pública do crime de lesão corporal leve praticado no âmbito doméstico dependerá sempre da representação da vítima, que deve ser homologada em juízo.

36. Em relação à Teoria do Erro no Direito Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O erro de tipo acidental é aquele que recai sobre elementos secundários do tipo, e, quando inevitável,

exclui o dolo e a culpa do agente, mas não a responsabilidade penal.

B) No erro sobre a pessoa, o agente responde pelo crime como se tivesse praticado contra a vítima pretendida, sendo consideradas as condições ou qualidades da vítima real para fins de aplicação de agravantes ou qualificadoras.

C) O erro de proibição, quando inevitável, isenta de pena o agente por excluir a culpabilidade; se for evitável, a pena será reduzida de um sexto a um terço, pois se presume que o agente agiu sem a potencial consciência da ilicitude.

D) As descriminantes putativas por erro de proibição (erro indireto) incidem sobre a falsa percepção da realidade fática, afastando o dolo e permitindo a punição por culpa, se houver previsão legal.

E) O erro sobre o nexo causal sempre afasta a responsabilidade penal, pois o resultado pretendido é alcançado por um desdobramento causal diverso do imaginado pelo agente.

37. Túlio, após uma discussão acalorada e provocado injustamente por seu vizinho, reage de imediato, sob o domínio de violenta emoção, buscando tirar a vida do vizinho. Túlio se utiliza de um meio que causa intenso e desnecessário sofrimento à vítima (meio cruel). Túlio é denunciado por homicídio, e a defesa pleiteia o reconhecimento simultâneo do homicídio privilegiado e da qualificadora do meio cruel.

Neste caso, a tipificação penal e suas consequências, segundo o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, são:

A) É incompatível o reconhecimento simultâneo do privilégio e da qualificadora do meio cruel, pois ambas possuem natureza subjetiva e se anulam mutuamente. O réu deve responder por homicídio simples, pois o privilégio afasta a qualificadora.

B) O homicídio qualificado-privilegiado é admissível, pois a qualificadora do meio cruel tem natureza objetiva, sendo compatível com o privilégio (natureza subjetiva). O delito resultante, no entanto, será considerado hediondo, dado que a qualificadora prevalece sobre o privilégio.

C) O homicídio qualificado-privilegiado é admissível, e o crime resultante não será considerado hediondo por incompatibilidade axiológica, sendo a pena reduzida pelo juiz na terceira fase da dosimetria.

D) O dolo de Túlio, ao utilizar meio cruel, se confunde com o motivo torpe, devendo ser aplicada a qualificadora do motivo torpe, que é preponderante por se ligar aos motivos determinantes do crime.

E) Túlio deve responder por homicídio simples, pois o privilégio exige que a reação ocorra "logo em seguida à injusta provocação", e o uso de meio cruel denota premeditação e intenção fria de causar dor, o que descaracteriza a violenta emoção.

38. Após o julgamento do Recurso Extraordinário 635.659/SP pelo Supremo Tribunal Federal (STF),

que tratou da constitucionalidade do Art. 28 da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas), qual é o entendimento majoritário em vigor no que tange à posse de *cannabis sativa* para consumo pessoal?

- A) O Art. 28 da Lei nº 11.343/06 foi declarado inconstitucional, sem redução de texto, e a posse de *cannabis sativa* para consumo pessoal não constitui mais infração penal, sendo a conduta considerada lícito-administrativa e punida com medidas educativas ou advertência.
- B) O STF fixou a presunção absoluta de que a posse de até 40 gramas de *cannabis sativa* ou 6 plantas-fêmeas é para consumo próprio, sendo vedada a prisão em flagrante por tráfico para quantidades inferiores a esse limite.
- C) As sanções previstas nos incisos II e III do Art. 28 da Lei de Drogas (prestação de serviços e medida educativa) serão aplicadas pelo juiz em procedimento de natureza penal, mas sem gerar reincidência ou maus antecedentes.
- D) O STF manteve o caráter penal da conduta prevista no Art. 28, mas determinou que o juízo competente para o processamento e julgamento é a Justiça Federal, por ser o tráfico de drogas um crime transnacional.
- E) A inconstitucionalidade do Art. 28 afastou apenas a punição com penas privativas de liberdade, mantendo a advertência e as medidas educativas com natureza penal, e a competência para julgar a conduta é das Varas Criminais comuns.

39. Um homem de 49 anos se relaciona com uma adolescente de 13 anos. O relacionamento é mantido às escondidas, sem o conhecimento ou consentimento dos responsáveis da menor. Quando o fato é descoberto, a família da adolescente aciona as autoridades, e o agressor é denunciado por estupro de vulnerável (Art. 217-A do CP). A defesa alega a atipicidade da conduta com base na ausência de violência e no consentimento da vítima.

Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o Estupro de Vulnerável (Art. 217-A do CP) e a aplicação da Súmula 593, a defesa deverá argumentar que:

- A) A conduta é materialmente atípica, pois a ausência de violência real e a existência de consentimento da vítima, por si sós, afastam a vulnerabilidade presumida, devendo o caso ser reclassificado para importunação sexual.
- B) A conduta é formalmente típica, mas, em casos excepcionais, o STJ tem admitido a atipicidade material, especialmente quando há pequena diferença de idade entre as partes e formação de núcleo familiar, fatores que no caso em tela, porém, não se encontram presentes, dada a grande disparidade etária e a ausência de consentimento dos responsáveis.
- C) O caso admite a figura do *distinguishing* em relação à Súmula 593/Tema 918, devendo o réu ser absolvido, uma vez que a lei penal não deve intervir em relações afetivas nas quais a vítima, mesmo

menor de 14 anos, demonstra maturidade sexual e experiência anterior.

D) O réu deve ser condenado, pois o consentimento da vítima é irrelevante, e a grande diferença de idade entre as partes (49 e 13 anos), somada à ausência de consentimento dos responsáveis, impede qualquer relativização da presunção de vulnerabilidade.

E) O delito de estupro de vulnerável exige contato físico para a sua consumação, e, caso não haja provas de conjunção carnal ou ato libidinoso que implique toque, a conduta deve ser desclassificada para a contravenção penal de ato obsceno.

40. Em relação ao crime de Roubo (Art. 157 do CP), analise as afirmativas a seguir e assinale a opção CORRETA:

A) No roubo impróprio (Art. 157, § 1º), a consumação do delito só ocorre se a violência ou a grave ameaça, empregadas após a subtração do bem, forem eficazes em garantir a impunidade do crime.

B) O emprego de arma branca (como uma faca) no crime de roubo não é mais considerado causa de aumento de pena, conforme a Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), mas pode ser utilizado como circunstância judicial desfavorável para majorar a pena-base.

C) A súbita e eficaz reação da vítima que impede a inversão da posse do bem subtraído configura a desistência voluntária por parte do agente e, por conseguinte, a absolvição do crime, pois não houve consumação.

D) A Lei nº 13.654/2018 (anterior ao Pacote Anticrime) revogou o inciso I do § 2º do art. 157 do CP, o que levou o STJ a reconhecer a *abolitio criminis* da causa de aumento referente ao emprego de arma branca no roubo para os fatos ocorridos durante sua vigência.

E) A circunstância do roubo praticado mediante a restrição da liberdade da vítima, configura o roubo qualificado (Art. 157, § 2º, V), no entanto não se enquadra como crime hediondo por ausência de previsão específica na Lei 8.072/90.

41. Três assaltantes (A, B e C), mediante uma única ação de grave ameaça com arma de fogo, abordam os passageiros de um veículo e subtraem os pertences de duas vítimas diferentes (X e Y) que estavam no carro.

A conduta dos agentes A, B e C, e a aplicação da pena resultante, devem ser tipificadas como:

A) Crime único de roubo, sendo a pluralidade de vítimas considerada apenas como circunstância judicial negativa na primeira fase da dosimetria, a fim de evitar o *bis in idem* e proteger o princípio da ofensividade.

B) Concurso formal próprio (perfeito) de crimes, pois houve uma única ação que resultou na ofensa a patrimônios de vítimas distintas, devendo ser aplicada a pena mais grave, aumentada de um sexto até

a metade.

C) Concurso material de crimes, uma vez que a pluralidade de vítimas implica a existência de desígnios autônomos por parte dos agentes, devendo as penas serem aplicadas cumulativamente, ou seja, somadas.

D) Crime continuado (Art. 71, *caput*, do CP), já que houve a prática de dois crimes da mesma espécie, nas mesmas condições de tempo e lugar, devendo a pena ser a de um só dos crimes, aumentada de um sexto.

E) Latrocínio consumado, em concurso formal, se houver o resultado morte ou lesão grave em uma das vítimas, pois o roubo contra patrimônios diversos, com violência única, sempre se resolve pela regra do concurso formal.

42. Sobre a prescrição da pretensão executória da pena (PPE), conforme o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que o prazo prescricional começa a correr:

A) Do dia em que a sentença condenatória transita em julgado apenas para a acusação, conforme a literalidade do Art. 112, I, do Código Penal, entendimento mantido pelo STF por ser mais favorável à pretensão punitiva do Estado.

B) Do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes (acusação e defesa), em interpretação conforme a Constituição (Tema 788 do STF), eliminando a locução "para a acusação" do Art. 112, I, do Código Penal.

C) Do dia seguinte ao término do prazo recursal, se o réu e a acusação tiverem sido intimados pessoalmente da sentença, independentemente do trânsito em julgado para ambas as partes.

D) Do dia em que a pena privativa de liberdade é extinta, seja pelo cumprimento integral da sanção, seja pela concessão do indulto ou da graça, conforme a regra da Súmula 631 do STJ.

E) Do dia em que se interrompe a execução da pena, caso o condenado se evada ou tenha revogado o livramento condicional, sendo o cálculo regulado pelo tempo que resta da pena.

43. A Teoria da Imputação Objetiva, conforme as suas principais vertentes, introduz critérios normativos para limitar o alcance da Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais, estabelecendo quando um resultado pode ser objetivamente atribuído à conduta do agente.

Assinale a alternativa CORRETA que apresenta um princípio fundamental ou uma consequência prática dessa teoria:

A) A imputação do resultado ao agente é justificada somente quando sua conduta cria ou incrementa um risco proibido ou não permitido ao bem jurídico, e esse risco criado se realiza no resultado típico.

B) O cerne da teoria consiste em considerar todas as condições que contribuíram para o resultado como

causas equivalentes, sendo, por isso, aplicada majoritariamente para resolver os casos de concausa relativamente independente.

C) Na vertente de Jakobs, que foca na imputação do comportamento, o principal objetivo do Direito Penal é proteger os bens jurídicos, sendo irrelevante para a imputação a quebra das expectativas sociais ou de papéis sociais.

D) A autocolocação dolosa em perigo por parte da vítima exclui a imputação somente se o resultado estiver fora da linha de desdobramento causal normal da conduta do agente.

E) A Teoria da Imputação Objetiva é uma teoria puramente psicológica e, por isso, exclui a imputação do resultado quando o agente não possuía a potencial consciência da ilicitude do fato.

PROCESSUAL PENAL

44. A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) introduziu o Juiz das Garantias no Código de Processo Penal, e o Supremo Tribunal Federal (STF) modulou a aplicação do instituto. Sobre as regras de competência do Juiz das Garantias, é CORRETO afirmar:

A) A competência do Juiz das Garantias cessa com o recebimento da denúncia ou queixa, devendo o juiz da instrução e julgamento reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso no prazo máximo de dez dias.

B) As normas relativas ao Juiz das Garantias aplicam-se aos processos de competência do Tribunal do Júri e aos casos de violência doméstica e familiar, devido à necessidade de proteção dos direitos fundamentais dos investigados.

C) O Juiz das Garantias pode prorrogar o prazo de duração do inquérito policial com o investigado preso, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, devendo relaxar a prisão se o prazo legal for inobservado.

D) O Juiz das Garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal, mas sua competência não abrange as infrações penais de menor potencial ofensivo.

E) Embora o preso em flagrante deva ser encaminhado à presença do Juiz das Garantias no prazo de 24 horas, é vedada a realização da audiência de custódia por videoconferência, em qualquer hipótese, conforme previsão expressa do CPP.

45. Pedro, investigado pela prática de estelionato (infração sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos), busca celebrar um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). O Ministério Público (MP) recusa a proposta sob o argumento de que Pedro já havia sido beneficiado pela Suspensão Condicional do Processo (Sursis Processual) há seis anos.

Considerando as regras do ANPP, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O MP deve oferecer o ANPP, pois o prazo quinquenal previsto na lei para vedação da proposta conta-se a partir do cometimento da infração, e o período de seis anos superou o limite legal.
- B) A recusa do MP é legal, pois o Art. 28-A, § 2º, III, do CPP estabelece que o investigado não pode ter sido beneficiado por Acordo de Não Persecução Penal, transação penal ou suspensão condicional do processo nos 5 (cinco) anos anteriores ao recebimento da denúncia.
- C) Se o MP recusar a proposta, o investigado não possui mecanismos de impugnação contra a decisão, exceto a impetração de Habeas Corpus, que é o instrumento adequado para questionar a legalidade da recusa.
- D) A confissão formal e circunstancial, requisito essencial para o ANPP, deve ocorrer obrigatoriamente na fase do inquérito policial para ser válida, sob pena de nulidade do acordo.
- E) O ANPP é aplicável em casos de crimes em continuidade delitiva, mas será impedido se for reconhecida a habitualidade delitiva, pois a lei equipara essas duas situações.

46. Em relação ao Foro por Prerrogativa de Função no Direito Processual Penal brasileiro, conforme a Constituição Federal, a legislação e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção CORRETA:

- A) A prerrogativa de foro se estende a terceiros que compartilhem o mesmo domicílio com a autoridade detentora do foro, como forma de proteção da inviolabilidade do domicílio.
- B) A competência do Supremo Tribunal Federal (STF) abrange apenas o julgamento de medidas cautelares probatórias contra parlamentares, não se estendendo à fase de investigação.
- C) Se um Desembargador de Tribunal de Justiça comete um crime comum sem relação com o cargo, a competência para processá-lo e julgá-lo é do Tribunal de Justiça (TJ) respectivo.
- D) A atração do processo do corréu para o foro por prerrogativa de função do denunciado, em virtude de conexão ou continência, não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa ou do devido processo legal (Súmula 704/STF).
- E) O foro por prerrogativa de função para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste apenas se a conduta delitiva foi cometida durante o exercício do mandato, não se aplicando se a ação penal foi iniciada após a cessação do cargo.

47. Uma adolescente de 13 anos é vítima de ameaças e perseguições por parte de um adulto. O inquérito policial foi instaurado pela prática de crime que não é de natureza sexual, mas a vítima é menor de 14 anos. O Ministério Público (MP) requer ao juiz a aplicação de medidas protetivas de urgência, como a proibição de contato e monitoração eletrônica do agressor.

Analizando a legislação e as medidas protetivas de urgência, a decisão judicial:

- A) É inviável, pois a aplicação das medidas protetivas de urgência previstas no Art. 350-A do CPP é taxativa e restrita aos crimes contra a dignidade sexual.
- B) É cabível, pois as medidas protetivas de urgência podem ser aplicadas, cumulativamente, quando a vítima, independentemente do crime, estiver em situação de vulnerabilidade, como no caso de criança ou adolescente.
- C) É inviável a aplicação de monitoração eletrônica cumulada com outras medidas protetivas de urgência, por se tratar de restrição excessiva à liberdade.
- D) Depende da prévia oitiva do agressor e da comprovação de que a medida cautelar de proibição de contato é adequada à gravidade do crime, conforme o rito das medidas cautelares do CPP.
- E) É inviável a imposição de monitoramento eletrônico do agressor sem que haja a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, ou que esta tenha sido decretada.

48. Em relação ao *Habeas Corpus* (HC) no sistema processual penal brasileiro, assinale a opção CORRETA:

- A) A expedição de ofício de ordem de HC, individual ou coletivo, por autoridade judicial, é permitida apenas em processo de competência recursal do tribunal.
- B) Não cabe *Habeas Corpus* contra decisão que impõe pena de multa ou contra processo por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada (Súmula 693/STF).
- C) A Súmula 691 do STF, que veda o conhecimento de HC impetrado ante decisão de relator que indefere liminar em tribunal superior, não pode ser superada em nenhuma hipótese, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- D) Em caso de empate no julgamento de HC em órgão colegiado, prevalecerá a decisão do relator, devendo o presidente proferir o voto de desempate apenas se não tiver participado da votação.
- E) O assistente do Ministério Público tem legitimidade para interpor, supletivamente, recurso extraordinário de decisão concessiva de *Habeas Corpus*.

49. Em um caso de crime contra a vida, a defesa técnica alega a nulidade do laudo pericial, pois o conteúdo integral das gravações de vídeo e das simulações que serviram de base para a perícia se tornou inacessível à defesa por falha de armazenamento do órgão policial. A acusação defende que a nulidade não se aplica, pois o vício ocorreu na fase pré-processual e não houve manipulação direta do vestígio.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a cadeia de custódia:

- A) O laudo pericial não deve ser anulado, pois o vício ocorreu na fase investigativa e a quebra da cadeia de custódia só se configura por alteração ou manipulação do vestígio em si.

- B) A defesa está correta, e a inacessibilidade do conteúdo integral das mídias por falha de armazenamento ao longo da cadeia de custódia é uma nulidade, pois compromete o contraditório e a ampla defesa.
- C) O conceito de vestígio abrange apenas o material bruto visível; as gravações de vídeo e as simulações não são consideradas vestígios, mas sim elementos informativos, e, portanto, não se submetem às regras da cadeia de custódia.
- D) A quebra da cadeia de custódia acarreta apenas a redução do valor probatório da prova contaminada, devendo o magistrado sopesar as irregularidades com os demais elementos de prova.
- E) A cadeia de custódia compreende as fases de reconhecimento, isolamento e coleta, mas não o armazenamento do material após o processamento, que é regido pelas regras gerais de arquivamento de provas.

50. Sobre o procedimento do Tribunal do Júri e a decisão dos jurados, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Na primeira fase do procedimento (sumário da culpa), a decisão de pronúncia exige um juízo de probabilidade com indícios suficientes sobre a materialidade e um juízo de certeza quanto à autoria.
- B) O quesito genérico de absolvição (Art. 483, III, do CPP) é formulado apenas se a defesa tiver sustentado alguma tese específica de clemência, como o homicídio privilegiado (violenta emoção).
- C) No caso de desclassificação pelos jurados para infração não dolosa contra a vida, o juiz presidente do Tribunal do Júri deve remeter os autos ao juízo singular competente, à disposição de quem ficará o acusado preso.
- D) A soberania dos veredictos autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo Tribunal do Júri, mesmo que a pena aplicada seja inferior a 15 (quinze) anos de reclusão.
- E) É proibida a leitura, em plenário do júri, de documentos que não tenham sido juntados aos autos com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, exceto no que se refere aos antecedentes criminais do acusado.

51. Em relação aos recursos no Processo Penal brasileiro, e considerando o princípio da taxatividade, o Art. 579 do Código de Processo Penal (CPP) e a jurisprudência sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Ministério Público, em virtude do princípio da indisponibilidade da ação penal pública, está proibido de desistir de um recurso interposto, sendo tal proibição estendida ao seu assistente de acusação.
- B) O princípio da fungibilidade recursal (Art. 579 do CPP) permite a interposição de um recurso por outro, desde que ausente a má-fé, sendo este requisito comprovado pelo fato de o recurso incorreto ter sido interposto dentro do prazo limite do recurso cabível.

- C) O princípio da *non reformatio in pejus* (vedação à reforma para pior) se aplica apenas à pena privativa de liberdade, permitindo ao Tribunal, em recurso exclusivo da defesa, aumentar a pena de multa, desde que devidamente fundamentado.
- D) A decisão que rejeita a denúncia ou queixa é recorrível por meio de Apelação, devendo ser aplicada a fungibilidade se, por erro, a parte tiver interposto o Recurso em Sentido Estrito (RESE), visto que a decisão de Impronúncia também é atacada por Apelação.
- E) Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, a Apelação contra decisão de condenação não possui efeito suspensivo, especialmente se a pena for igual ou superior a 15 anos, sendo vedado ao Tribunal conceder tal efeito, em respeito à soberania dos veredictos.

52. Sobre a Suspensão Condicional do Processo (*Sursis Processual*), prevista na Lei nº 9.099/1995:

- A) A suspensão será obrigatoriamente revogada se o beneficiário for processado por contravenção penal no curso do prazo, e o processo será retomado para prosseguir a ação penal.
- B) As condições do *sursis* processual são fixadas pelo juiz em rol taxativo (reparação do dano, proibição de frequentar certos lugares, etc.), sendo vedado ao magistrado estipular outras condições, como a prestação pecuniária.
- C) Se o réu for condenado por crime continuado e a pena mínima resultante ultrapassar o limite de 1 (um) ano, ainda assim será cabível a suspensão condicional do processo, se presentes os demais requisitos legais.
- D) O benefício da suspensão condicional do processo é inaplicável em delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- E) Não se admite a suspensão condicional do processo em caso de desclassificação do crime para outro com pena mínima inferior a 1 ano, pois o benefício deve ser analisado no momento do oferecimento da denúncia.

53. Um investigado está preso por força de prisão cautelar decretada pelo Juiz das Garantias em um inquérito policial (IP). Após 90 (noventa) dias de prisão, o inquérito ainda não foi concluído e não houve manifestação judicial revisando a necessidade da custódia. A defesa requer o relaxamento da prisão alegando ilegalidade por excesso de prazo e ausência da revisão nonagesimal obrigatória.

Analisando o procedimento e a jurisprudência, assinale a CORRETA:

- A) O prazo de duração do inquérito (10 dias) é imperativo, e a inobservância do prazo legal, aliada à ausência de revisão nonagesimal da prisão, acarreta a revogação automática da prisão.
- B) O Juiz das Garantias não pode conceder novas prorrogações do IP para além de uma única prorrogação de 15 dias, devendo a prisão ser relaxada após o transcurso desse período.

- C) A ausência de revisão da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias pelo órgão emissor torna a prisão ilegal, mas o transcurso do prazo não acarreta a revogação automática da prisão, exigindo-se que o juízo competente seja provocado a reavaliar a necessidade da medida.
- D) A exigência de revisão nonagesimal da prisão preventiva (Art. 316, parágrafo único, do CPP) aplica-se somente aos processos de competência da primeira instância, cessando sua aplicabilidade após a prolação da sentença.
- E) O dever de revisão nonagesimal da prisão preventiva não se aplica ao investigado que esteja foragido.

EXECUÇÃO PENAL

54. Sobre os requisitos objetivos para a progressão de regime prisional, de acordo com o Art. 112 da Lei de Execução Penal (LEP) em sua redação atualizada, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O apenado primário condenado pela prática de feminicídio deve cumprir 50% da pena para progredir de regime, sendo vedado o livramento condicional.
- B) O condenado primário por crime comum cometido sem violência ou grave ameaça deve cumprir 16% da pena.
- C) O apenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte deve cumprir 60% da pena, sendo vedado o livramento condicional.
- D) Para que a mulher gestante ou mãe de pessoa com deficiência tenha direito à progressão especial, o requisito objetivo mínimo é o cumprimento de 1/6 da pena no regime anterior.
- E) A progressão de regime exige o cumprimento de 2/5 (quarenta por cento) da pena se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado sem resultado morte.

55. Túlio, condenado a 8 anos de reclusão em regime fechado, dedicou-se ao trabalho prisional e acumulou 150 dias de pena remida, devidamente homologados pelo Juízo da Execução. Em uma revista no pavilhão, Túlio é surpreendido com um chip de celular em seu colchão, sendo instaurado Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). O Juiz da Execução, após a devida apuração da falta grave, decide aplicar a sanção de perda dos dias remidos.

Neste caso, sobre a perda dos dias remidos, é CORRETO afirmar:

- A) O Juiz deve decretar a perda integral dos 150 dias remidos, conforme a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, uma vez que a posse de chip constitui falta grave.
- B) A posse do chip de celular não configura falta grave, a menos que o aparelho completo, apto à comunicação, tenha sido apreendido, devendo ser aplicada a fungibilidade para reclassificar a conduta como falta média.
- C) A posse de componentes essenciais do aparelho celular, como o chip, é considerada falta grave, mas

o juiz tem o poder-dever de revogar no máximo 1/3 dos dias remidos, devendo a discricionariedade sobre a fração da perda ser fundamentada.

D) A perda dos dias remidos não pode atingir os dias trabalhados e ainda não declarados judicialmente, pois a decisão que reconhece a remição é constitutiva, exigindo homologação prévia para produzir efeitos.

E) A prática de falta grave obsta, automaticamente, a concessão de progressão de regime, mas não gera a perda dos dias remidos, a menos que o apenado tenha praticado crime doloso no curso da execução.

56. Em relação ao exame criminológico como requisito subjetivo para a progressão de regime, assinale a CORRETA:

A) O exame criminológico é obrigatório para a progressão de regime, inclusive em casos de fatos praticados antes da Lei nº 14.843/2024, visto que a norma possui natureza processual e aplicação imediata (*tempus regit actum*).

B) Conforme a Súmula 439 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o exame criminológico é admitido apenas em casos de crimes hediondos ou equiparados, por força do princípio da periculosidade presumida do agente.

C) A Lei nº 15.280/2025 estabelece que o condenado por crimes contra a dignidade sexual somente progredirá de regime se o exame criminológico afirmar indícios de que não voltará a cometer crimes da mesma natureza.

D) O juiz pode exigir o exame criminológico para a progressão de regime, mesmo que o apenado não tenha cometido falta grave, mas o laudo deve ser elaborado exclusivamente por médico psiquiatra, conforme a composição da Comissão Técnica de Classificação.

E) A decisão que exige o exame criminológico deve ser sempre fundamentada, sob pena de nulidade, independentemente da data do fato ou da entrada em vigor de novas leis, em respeito ao princípio da individualização da pena.

57. Analise as situações hipotéticas de indivíduos em cumprimento de pena, com base na Lei de Execução Penal (LEP) e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

I - João foi condenado por crime de roubo com arma de fogo, cometido em 2018 (réu primário); II - Luiz foi condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada; III - Maria, em condição de gestante, foi condenada por estelionato, cometido no contexto de uma associação criminosa.

Quais as porcentagens que cada um desses indivíduos deve cumprir, no mínimo, para obter a progressão de regime prisional, respectivamente?

A) João: 25% da pena; Luiz: 60% da pena; Maria: 1/6 da pena.

- B) João: 1/6 da pena; Luiz: 50% da pena; Maria: 1/8 da pena.
C) João: 1/6 da pena; Luiz: 50% da pena; Maria: 1/6 da pena.
D) João: 40% da pena; Luiz: 50% da pena; Maria: 1/8 da pena. E) João: 25% da pena; Luiz: 30% da pena; Maria: 1/4 da pena.

58. Sobre a Permissão de Saída e a Saída Temporária, previstas na Lei de Execução Penal (LEP), é CORRETO afirmar:

- A) A Permissão de Saída é concedida pelo Juiz da Execução, enquanto a Saída Temporária é concedida pelo diretor do estabelecimento prisional.
B) A Saída Temporária se aplica aos condenados em regime semiaberto para frequência a curso profissionalizante, sendo expressamente vedada a sua concessão para visita familiar após a Lei nº 14.843/2024.
C) A Permissão de Saída pode ser concedida, mediante escolta, para presos provisórios que necessitem de tratamento médico, e exige o cumprimento mínimo de 1/6 da pena se o preso for primário.
D) A prática de falta grave interrompe o prazo objetivo para a concessão da Saída Temporária, mas não o prazo para a Permissão de Saída.
E) A Saída Temporária, em qualquer hipótese de cabimento, exige vigilância direta, mas não admite a fiscalização por monitoração eletrônica.

59. Pedro, condenado por crime hediondo sem resultado morte, foi considerado reincidente genérico (condenação anterior por crime comum). A condenação transitou em julgado antes da vigência do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019). O Juiz da Execução aplica o percentual de 40% da pena para a progressão de regime, com base no Art. 112, V, da LEP, e, posteriormente, concede o livramento condicional, entendendo que a vedação do Art. 112 não se aplicava.

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em casos de retroatividade de norma penal mais benéfica e combinação de leis, é CORRETO afirmar que a decisão do Juiz:

- A) É integralmente ilegal, pois se trata de reincidente, e a norma anterior (3/5), mesmo sendo mais gravosa que 40%, deveria ser aplicada para que não houvesse *combinatio legis*.
B) É legal, pois a aplicação do percentual de 40% é retroativa e benéfica para o apenado (em comparação com 3/5 da lei anterior), sendo que a posterior concessão do livramento condicional não configura indevida combinação de leis, conforme entendimento do STJ em recurso repetitivo (Tema 1196).
C) É legal a progressão com 40%, mas o livramento condicional é vedado de forma absoluta, pois se aplica a vedação do Art. 112, VI, "a", que se estende a qualquer condenado por crime hediondo com resultado morte, independentemente da reincidência.

D) É ilegal, pois a progressão de regime só poderia ocorrer com 50% da pena, sendo este o percentual aplicado a reincidentes genéricos em crimes hediondos sem resultado morte, por analogia *in malam partem*.

E) É integralmente ilegal, pois a progressão de regime para crimes hediondos exige a reparação do dano, que deve ser provada no momento do pleito, sob pena de negativa do requisito subjetivo.

60. Sobre o Indulto e a Comutação da pena, institutos de clemência privativos do Presidente da República, assinale a CORRETA:

A) A pena de multa não é alcançada pelo indulto nos crimes de tráfico de drogas, mesmo na modalidade privilegiada, por se tratar de crime equiparado a hediondo.

B) Os requisitos para a concessão do indulto e da comutação da pena são aqueles taxativamente previstos na Lei de Execução Penal (LEP), sendo vedado ao Presidente da República inovar a respeito.

C) O descumprimento de condição imposta no livramento condicional, por não configurar falta grave, não pode ser utilizado pelo Juízo da Execução para negar a concessão de indulto, caso o apenado preencha os requisitos do decreto presidencial.

D) A superveniência de condenação, seja por fato anterior ou posterior ao início do cumprimento da pena, altera a data-base para a concessão da comutação de pena e do indulto, por interromper o lapso temporal.

E) A prática de falta grave interrompe o prazo para a obtenção do indulto, salvo se o próprio Decreto Presidencial prever expressamente a não interrupção.

61. Considerando as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela) e o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) no Direito brasileiro, assinale a alternativa CORRETA sobre os aspectos disciplinares e sua aplicação:

A) O isolamento na própria cela, como sanção disciplinar, não pode exceder 15 dias consecutivos, conforme a vedação ao confinamento solitário prolongado estabelecida pelas Regras de Mandela, prazo que é integralmente adotado pela Lei de Execução Penal (LEP).

B) A sanção de inclusão no RDD é aplicada pelo diretor do estabelecimento prisional mediante ato motivado, sendo o despacho judicial necessário apenas para a prorrogação da medida.

C) O RDD pode ser aplicado a presos provisórios ou condenados sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, sendo que essa aplicação é independente da prática de falta grave.

D) No RDD, a participação do preso em audiências judiciais, preferencialmente por videoconferência, é vedada, conforme a LEP, salvo expressa autorização judicial em contrário.

E) A prática de crime doloso durante o cumprimento da pena constitui falta grave e sujeita o preso ao RDD, sendo o tempo máximo de permanência limitado a 1/6 (um sexto) da pena remanescente, sem prejuízo da repetição da sanção.

62. Em relação ao Agravo em Execução, recurso cabível contra decisões do Juízo da Execução Penal, conforme o Art. 197 da LEP, assinale a CORRETA:

- A) O recurso possui efeito suspensivo e é cabível contra qualquer decisão do Juiz que conceda ou negue benefícios da execução, seguindo o rito do Agravo de Instrumento do Código de Processo Civil.
- B) O prazo para interposição é de 5 dias para o Ministério Público e de 10 dias para a Defensoria Pública, e o recurso admite o juízo de retratação, pois o seu rito é o do Recurso em Sentido Estrito (RESE).
- C) Não cabe *Habeas Corpus* como substitutivo do Agravo em Execução, por força do princípio da taxatividade recursal, sendo esta a posição consolidada de forma pacífica no STF.
- D) A decisão que determina a desinternação de preso submetido a medida de segurança possui efeito suspensivo automático, pois o Art. 179 da LEP não condiciona a liberação ao trânsito em julgado da sentença.
- E) Em caso de decisão desfavorável ao réu, proferida por maioria em Agravo em Execução, não são cabíveis Embargos Infringentes, pois o recurso de Agravo segue o rito simplificado, não comportando a figura do recurso interno.

63. Tício é primário e cumpre pena de 6 anos de reclusão no regime semiaberto pelo crime de furto (sem violência ou grave ameaça). Durante o cumprimento da pena, ele se dedicou ao estudo, frequentando curso profissionalizante. Em 18 meses, ele totalizou 360 horas de estudo, certificadas pela entidade educacional, e, além disso, foi aprovado no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), concluindo o Ensino Fundamental.

Com base nos requisitos para Remição e Progressão de Regime, Tício:

- A) Faz jus à remição de 30 dias pelo estudo, e o tempo remido será computado como pena cumprida para fins de progressão de regime, mas o acréscimo de 1/3 pela conclusão do Ensino Fundamental somente se aplica a quem não tinha acesso à educação formal no presídio.
- B) Faz jus a 30 dias de remição pelo estudo regular e ao acréscimo de 1/3 (10 dias) por ter concluído o Ensino Fundamental. O novo lapso de progressão de regime será calculado a partir de 16% da pena remanescente após o desconto total dos dias remidos.
- C) Faz jus à remição de 30 dias pelo estudo regular. Contudo, a aprovação no ENCCEJA não gera o acréscimo de 1/3, pois a remição pela aprovação no exame e a remição por horas de frequência escolar são inacumuláveis, por se tratar de duplicidade de benefício.

D) Deve ter o acréscimo de $\frac{1}{3}$ (um terço) aplicado ao total da pena a ser cumprida para fins de progressão de regime, em razão da conclusão do Ensino Fundamental.

E) Faz jus à remição de 30 dias pelo estudo. Seu lapso temporal para a progressão é de $\frac{1}{4}$ da pena, por ter sido condenado por crime patrimonial, aplicando-se o princípio da prevenção.

CRIMINOLOGIA

64. Em sua interface com o marxismo, a criminologia crítica propõe que o Direito Penal atue como instrumento de dominação e que a questão criminal deve ser analisada à luz das condições materiais e da estrutura capitalista. Sobre a Economia Política da Pena (EPP) e o contexto neoliberal de encarceramento em massa, assinale a alternativa CORRETA.

A) A EPP, desenvolvida por Rusche e Kirchheimer, defende que as variações nas tendências de punição correspondem diretamente às variações nas taxas de criminalidade, sustentando que a prisão é a instituição mais eficaz para a reeducação e reabilitação do indivíduo.

B) No contexto do neoliberalismo, o Estado dismantela políticas sociais, sendo substituído por um Estado penal compensatório (Leviatã Neoliberal ou Estado Centauro) que usa o poder punitivo, e o cárcere, para gerenciar a pobreza e regular o mercado de trabalho, mantendo o princípio da *less eligibility*.

C) A crítica da EPP está desatualizada para a realidade brasileira, pois o encarceramento em massa hoje se concentra em crimes de colarinho branco e corrupção sistêmica, comprovando que o sistema penal rompeu sua funcionalidade histórica de controle das classes subalternas.

D) O princípio da *less eligibility* (menos elegibilidade), central na EPP, foi totalmente superado no Brasil após o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional (ADPF 347), pois hoje as condições de vida na prisão são, em regra, superiores às condições de vida das populações periféricas livres.

E) O pensamento marxista na criminologia, por ser anterior à década de 1970, limita-se a analisar o Direito Penal como mera proteção da propriedade privada, ignorando a seletividade penal e o papel do sistema prisional como Aparelho Repressivo do Estado.

65. A Criminologia Feminista surge como uma resposta à invisibilização das mulheres no discurso criminológico tradicional, promovendo uma análise de gênero, raça e classe, e denunciando a estrutura patriarcal do sistema penal. Sobre os principais pontos de crítica dessa vertente, assinale a alternativa CORRETA.

A) O abolicionismo feminista de Angela Davis critica o chamado “feminismo carcerário” ao sustentar que a expansão do Direito Penal para crimes de gênero, ainda que intencionada como proteção, reforça um sistema que historicamente oprime mulheres negras e periféricas.

- B)** A criminologia feminista, em alinhamento com a lógica abolicionista, sustenta que a seletividade penal se manifesta apenas contra a mulher autora de delito, sendo a mulher vítima um sujeito universal e neutro perante as agências de controle social.
- C)** O cárcere, por ser uma instituição total, promove a igualdade material entre os gêneros ao forçar o homem, companheiro da mulher presa, a assumir o papel de cuidador da prole e dos vínculos familiares, reequilibrando as relações de poder fora dos muros.
- D)** O conceito de interseccionalidade, conforme desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, é empregado pela criminologia feminista para isolar os marcadores de raça, classe e orientação sexual e, assim, identificar qual fator prepondera na vitimização e criminalização feminina.
- E)** A criminologia feminista tradicionalmente defendia que o "sujeito penal universal" era, na verdade, a mulher, sendo o crime visto como uma prática essencialmente feminina que foi negligenciada pelas abordagens criminológicas clássica e positivista.

66. A Criminologia Crítica (Baratta, Zaffaroni, Nilo Batista) rompe com o paradigma etiológico tradicional, deslocando o foco do "delinquente" para o "sistema penal" e seus processos de criminalização. A esse respeito, analise as proposições seguintes:

- I. O foco da Criminologia Crítica não está em explicar o crime, mas em quem define o crime, quem é criminalizado e com quais interesses, denunciando o caráter seletivo, classista, racista e autoritário do sistema penal como um instrumento de controle social.**
- II. A criminalização secundária é um processo seletivo que se traduz na seleção de fatos grosseiros (obras toscas da criminalidade) e de pessoas que causam menos problemas, o que leva à construção de um estereótipo do criminoso (jovem, negro, pobre) no imaginário coletivo.**
- III. A Esquerda Punitiva, fenômeno paradoxal em setores progressistas, consiste em defender mais prisões e mais penas, inclusive para crimes como corrupção e violência de gênero, em razão da falência do Estado social, reproduzindo a lógica do inimigo, ainda que em nome de causas justas.**
- IV. O Realismo Criminológico de Esquerda, ao contrário do Realismo de Direita (Lei e Ordem), busca respostas não punitivas para a violência real sofrida nas periferias, priorizando a prevenção social do delito, políticas redistributivas e a justiça restaurativa.**

Está correto o que se afirma apenas em:

- A)** I e III.
- B)** I, II e IV.
- C)** II e III.
- D)** I, III e IV.
- E)** I, II, III e IV.

67. Ao analisar a atuação das agências de controle social no Brasil, a criminologia crítica identifica a polícia como um operador político essencial na manutenção das desigualdades. Acerca da relação entre racismo estrutural, letalidade policial e a teoria do Direito Penal Subterrâneo, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A teoria do Direito Penal Subterrâneo, de Zaffaroni, refere-se exclusivamente aos crimes de colarinho branco, que operam fora da visibilidade midiática e do controle formal do Judiciário, não se aplicando à violência policial praticada nas periferias.
- B) A letalidade policial desproporcional contra a população negra é a manifestação mais evidente da necropolítica no Brasil, que define, de forma racializada e territorializada, quais vidas são consideradas descartáveis e podem ser eliminadas sob o pretexto da segurança pública.
- C) O racismo no sistema penal é um conjunto de desvios individuais dos agentes, o que, embora reprovável, não pode ser caracterizado como estrutural, uma vez que a Constituição Federal assegura o princípio da igualdade na aplicação da lei penal a todos os cidadãos.
- D) A polícia, segundo a Criminologia Crítica, atua como mero executor técnico da lei, e sua seletividade é um reflexo direto da criminalização primária, desvinculada de um papel ativo na produção e administração do problema penal.
- E) O processo de “policização”, que recruta operadores policiais nas camadas sociais com maior incidência criminalizante, serve como um mecanismo de controle para evitar a prática do direito penal subterrâneo, garantindo que a violência estatal seja menos seletiva e letal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

68. Assinale corretamente as hipóteses que correspondem às respectivas forma de estado (I), forma de governo (II), sistema de governo (III) e regime de governo (IV) adotadas pelo ordenamento jurídico brasileiro:

- a) I - república; II - federação; III - presidencialismo; IV - democracia;
- b) I - federação; II - república; III - presidencialismo; IV - democracia;
- c) I - presidencialismo; II - federação; III - república; IV - democracia;
- d) I - federação; II - república; III - democracia; IV - presidencialismo;
- e) I - presidencialismo; II - federação; III - democracia; IV - república.

69. “Mas o que, em absoluto, se não admite, em sistemas como o nosso, de Constituição rígida, é ação tendente a atacar norma editada pelo constituinte originário. (...) Não se admite, entre nós, como na Alemanha, a existência de normas residentes acima da Constituição, determinantes da validade desta,

ou residentes na própria Constituição, mas porque hierarquicamente superiores, determinantes da validade de outras normas constitucionais (...). Vigora entre nós o princípio _____ da Constituição. Ou seja, desde o prisma formal, todas as normas constitucionais residem no mesmo patamar hierárquico”

O texto acima são foi extraído de um voto do Ministro Relator Cezar Peluso e se refere ao:

- a) Princípio da Supremacia da Constituição;
- b) Princípio da Correção Funcional;
- c) Princípio da Presunção de Constitucionalidade;
- d) Princípio da Unidade da Constituição;
- e) Princípio da Eficácia Integradora.

70.A Constituição Federal de 1988 elenca como princípios sensíveis passíveis de gerar intervenção da União nos Estados federados:

- a) Sistema representativo;
- b) Forma federalista de governo;
- c) Integridade nacional;
- d) Garantia da organização das da unidade da Federação;
- e) Autonomia estadual.

71. São características dos direitos fundamentais:

- a) Historicidade, prescritibilidade, constitucionalização, taxatividade e universalidade;
- b) Personalidade, renunciabilidade, limitabilidade, concorrência e aplicação mediata;
- c) Aplicação mediata, vinculação dos poderes, limitabilidade, imprscritibilidade e personalidade;
- d) Inalienabilidade, irrenunciabilidade, aplicação mediata, indivisibilidade e não taxatividade;
- e) Personalidade, concorrência, limitabilidade, interdependência e vinculação dos poderes.

72.Sobre os enunciados sumulados sobre direitos fundamentais, responda:

I - Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais;

II - A garantia da irretroatividade da lei, no qual a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado;

III - É inconstitucional a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

Assinaline a alterantiva correta:

- a) Está correta apenas a I;

- b) Estão corretas apenas a I e a II;
 - c) Estão corretas apenas a II;
 - d) Está correta apenas a III;
 - e) Todas as afirmações estão corretas.
-

73. Na hipótese de gravidez em união homoafetiva, a mãe não gestante:

- a) Não faz jus a licença maternidade;
 - b) Apenas fará jus a licença maternidade de se trabalhadora do setor privado ou for servidora da União, vez que não pode a União intervir nos regimes próprios de servidores dos Estados;
 - c) Fará jus a outra licença maternidade, mesmo que a mãe gestante tiver recebido licença-maternidade;;
 - d) Fará jus a licença maternidade com prazo equivalente à licença paternidade, se a gestante já tiver recebido licença-maternidade;;
 - e) Diante a omissão legislativa sobre o tema, o STF determinou que o Congresso regulamentasse a situação em 18 meses, caso contrário o fará.
-

74. A defensoria pública do Estado Alfa ingressou com uma ação de reparação de danos morais em face do Estado, no seu papel de prestar assistência jurídica a hipossuficientes.

O Juiz do caso julgou procedente o pedido e condenou a Alfa a pagar indenização ao assistido no valor de R\$ 100 mil.

A defensoria, ingressou com embargos de declaração requerendo o pagamento por Alfa de honorários sucumbenciais.

Sobre o caso, responda:

- a) Devido ao seu regimento institucional, não é devido honorários sucumbenciais à defensoria;
- b) É possível o pagamento de honorários sucumbenciais à defensoria, entretanto, não será devido caso ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença;
- c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo o valor recebido obrigatoriamente destinado seu ao aparelhamento;
- d) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo o valor recebido rateado entre os membros da instituição, independentemente da verificação do teto constitucional;
- e) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte

vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo o valor recebido rateado entre os membros da instituição, devendo ser respeitado o teto constitucional.

75. Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

I - Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de quarenta e oito horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.;

II - Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.;

III - As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Assinaline a alternativa correta:

- a) Está correta apenas a II;
- b) Está correta apenas a III;
- c) Está correta apenas a II e III;
- d) Estão corretas apenas a I e III;
- e) Todas as afirmações estão corretas.

76. Quanto a Constituição do Mato Grosso, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Quanto ao processo legislativo, a Constituição Estadual garante ao Governador, em caso de relevância e urgência, a possibilidade de adotar medidas provisórias;

b) A Constituição Estadual não prevê a possibilidade de iniciativa popular para a emenda à Constituição;

c) O Procurador-Geral da Defensoria Pública é legitimado ativo para a Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual;

d) A Assembleia Legislativa, bem como qualquer de suas Comissões, poderá convocar o Procurador-Geral da Defensoria Pública para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;

e) Até a efetiva instalação da Defensoria Pública no Estado de Mato Grosso, as suas atribuições eram de competência da Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria de Assistência Judiciária.

77. Nos termos da Lei 14.133/2021, é possível considerar uma licitação dispensável quando versar sobre:

- A)** nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade, para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias.
- B)** coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda.
- C)** assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- D)** restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.
- E)** objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

78. No Estado do Mato Grosso, foi editada a Lei estadual 9.383/2010, que alterou a nomenclatura do cargo de “Técnico Instrutivo e de Controle” para “Técnico de Controle Público Externo”. À luz da jurisprudência, assinale a alternativa correta sobre o caso.

- A)** A alteração legislativa é inconstitucional, uma vez que configura violação ao princípio do concurso público.
- B)** A alteração legislativa é inconstitucional, uma vez que configura provimento derivado de cargo público.
- C)** A alteração legislativa é possível, ainda que não haja similitude entre as atribuições dos cargos envolvidos, os requisitos de escolaridade para ingresso e a equivalência salarial (estrutura remuneratória) entre os cargos.
- D)** A alteração legislativa é inconstitucional, uma vez que configura violação aos os princípios da isonomia e da eficiência administrativa.
- E)** A alteração legislativa é constitucional, pois a simples modificação no nome de cargos que sequer estão previstos na Constituição não configura vício de inconstitucionalidade.

79. Quanto às ações de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a)** A prescrição intercorrente é aplicável a todas as fases da ação de improbidade.
- b)** Assim como ocorre na ação civil pública, a defensoria é legitimada ativa para a ação de improbidade.
- c)** Por ausência de autorização legal, não é possível a cassação de aposentadoria como sanção por ato de improbidade.

- d) Na multa civil por ato de improbidade administrativa, a correção monetária e os juros de mora incidem a partir da data da citação.
- e) A conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública deve ocorrer até a prolação da sentença.

80. Ligia, servidora do Estado do MT, no exercício de suas funções em unidade de saúde caracterizada por atendimento contínuo e intenso ao público, deixou de registrar adequadamente as informações e restrições clínicas do paciente por ele atendido. Em razão dessa omissão, Pedro, servidor que a substituiu ao término do plantão administrou dose equivocada e medicamento de princípio ativo incorreto ao enfermo, o qual possuía alergia à substância aplicada. Como consequência, o paciente apresentou reação alérgica, sofrendo os danos daí decorrentes. Assinale a alternativa correta quanto a responsabilidade civil do Estado.

- A) É aplicado a teoria do risco integral para a configuração da responsabilidade administrativa no caso, não havendo excludentes.
- B) Além da responsabilidade civil, é possível verificar a que Pedro cometeu um ato de improbidade.
- C) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas no caso de dolo.
- D) A teoria do risco administrativo exclui a necessidade de se provar a culpa do agente estatal para fins de responsabilização civil, entretanto requer que o dano sofrido e o nexo de causalidade estejam interligados com a atividade pública.
- E) A teoria do risco administrativo somente se aplica aos casos de responsabilização civil do Estado por condutas comissivas.

81. Após 15 anos da conclusão de um processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras quilombolas, o INCRA ajuizou a ação de desapropriação da área. Os proprietários da área contestaram alegando a caducidade da desapropriação. Sobre a situação, assinale a alternativa correta.

- A) Os proprietários não assistem razão e nem era necessário a desapropriação, uma vez que trata-se de propriedade da União as terras quilombolas.
- B) Uma vez que o expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação, os proprietários assistem razão.
- C) Os proprietários não assistem razão, uma vez que o prazo para a efetivação da desapropriação é de 20 anos.

- D)** Os proprietários não assistem razão, uma vez que prazo de caducidade não se aplica às desapropriações para titulação de terras quilombolas.
- E)** Os proprietários não assistem razão, uma vez que a proteção da terra de quilombolas é norma de eficácia contida, dependendo de edição de lei para a sua efetivação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

82. Nos termos da reforma tributária, o sistema tributário nacional deverá observar os seguintes princípios, salvo:

- a)** Simplicidade;
- b)** Transparência;
- c)** Justiça Tributária;
- d)** Livre Concorrência;
- e)** Defesa do meio ambiente.

83. O Estado do Mato Grosso Alfa instituiu taxa relacionada à exploração e ao aproveitamento de recursos minerários em seu território. Após a instituição, Ana, exploradora de atividade minirária no Estado, realizou o pagamento que acreditava ser devido. Após algum tempo, ao perceber o equívoco no pagamento, que foi feito a maior, Ana pretende solicitar a restituição do montante pago indevidamente. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a)** Não é possível a cobrança de taxa no presente caso, pois não configura serviço público específico e divisível.
- b)** Não é possível a cobrança de taxa no presente caso, pois viola a competência da União para legislar sobre a matéria.
- c)** O direito de pleitear a restituição extingue-se em 2 anos a partir da data do pagamento do tributo.
- d)** Ana poderá ajuizar ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição no prazo de 2 anos.
- e)** Ana tem o direito de solicitar a restituição do tributo pago indevidamente, após o prévio protesto, dentro do prazo prescricional de 5 anos.

DIREITOS HUMANOS

84. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), em situações de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, é facultado a este adotar disposições que suspendam as obrigações do Pacto, desde que tais medidas não acarretem discriminação e sejam estritamente limitadas às

exigências da situação. Todavia, a Convenção estabelece um rol taxativo de direitos que não podem ser suspensos sob nenhuma circunstância.

Assinale a alternativa que indica um direito cuja suspensão é autorizada pela CADH (Art. 27.2) em caso de emergência que ameace a segurança do Estado, ou seja, que não está expressamente listado como insuscetível de suspensão:

- A) O Direito à vida (Artigo 4º).
- B) O Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica (Artigo 3º).
- C) A Proibição de escravidão e servidão (Artigo 6º).
- D) O Princípio da legalidade e da retroatividade penal benéfica (Artigo 9º).
- E) A Liberdade de pensamento e de expressão (Artigo 13).

85. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) institui o Comitê de Direitos Humanos, órgão de monitoramento internacional, composto por pessoas de elevada reputação moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos.

De acordo com as disposições expressas do Pacto acerca da composição e organização do Comitê, é correto afirmar que:

- A) O Comitê será composto por 15 membros eleitos para um mandato de seis anos, sendo vedada a reeleição imediata de seus integrantes.
- B) Cada Estado Parte no Pacto poderá indicar até três pessoas como candidatos, sendo que pelo menos um deles deverá ser de nacionalidade diferente do Estado proponente.
- C) O mandato dos membros do Comitê é de quatro anos, sendo permitida a reeleição, mas o Comitê não poderá ter mais de um nacional de um mesmo Estado.
- D) O quórum para as deliberações do Comitê é constituído por dez membros, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta dos votos dos membros presentes.
- E) A eleição dos membros do Comitê é realizada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, devendo a lista de candidatos levar em consideração o critério da representação das diversas formas de civilização, mas não dos principais sistemas jurídicos.

86. O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em sua Parte V, estabelece regras para sua aplicação, incluindo a forma como suas disposições devem ser cumpridas em Estados com organização federativa.

No que concerne à Cláusula Federal (Artigo 28) aplicável aos Estados Partes constituídos como federação, o PIDESC estabelece que:

- A) Nos Estados constituídos como federação, o governo nacional do Estado Parte cumprirá todas as

disposições do Pacto relacionadas com as matérias sobre as quais exerce competência legislativa e judicial, enquanto as matérias de competência das entidades componentes devem ser promovidas mediante medidas cabíveis.

B) As disposições do presente Pacto aplicam-se, sem quaisquer limitações ou exceções, a todas as unidades constitutivas dos Estados Federais.

C) O cumprimento das obrigações do Pacto por um Estado federal é limitado pela cláusula da "reserva do possível" em relação à capacidade orçamentária de cada uma das suas unidades constitutivas.

D) A aplicação das disposições do Pacto se restringe aos Estados Partes que tenham declarado, no momento da ratificação, que aceitam a jurisdição do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais sobre suas unidades federativas.

E) O Pacto permite que o Estado federal invoque normas internas, incluindo a soberania das unidades federativas, para descumprir obrigações internacionais, desde que o descumprimento não afete o mínimo existencial.

87. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ("Protocolo de San Salvador") prevê que, sem prejuízo do sistema de relatórios periódicos, a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos podem ser acionadas para apreciar violações a certos direitos.

De acordo com o Artigo 19, parágrafo 6º, do Protocolo de San Salvador (PSS), o sistema de petições individuais regulado pela CADH (Artigos 44 a 51 e 61 a 69) é aplicável a violações imputáveis diretamente a um Estado Parte somente em relação aos direitos estabelecidos:

A) No Artigo 6º (Direito ao trabalho) e no Artigo 11 (Direito a um meio ambiente sadio).

B) No Artigo 7º (Condições justas de trabalho) e no Artigo 12 (Direito à alimentação).

C) No Artigo 10 (Direito à saúde) e no Artigo 15 (Direito à constituição e proteção da família).

D) Na alínea "a" do Artigo 8º (Direitos sindicais, exceto o direito de greve) e no Artigo 13 (Direito à educação).

E) Em todos os direitos reconhecidos neste Protocolo, em virtude do princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

88. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/11, teve como finalidade examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Constituição de 1988.

Sobre a atuação da CNV e as recomendações contidas em seu Relatório Final, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A CNV foi composta por 7 membros designados pelo Presidente da República, com mandato que perdurou até o término dos trabalhos da Comissão e a publicação de seu relatório de conclusão, quando foi extinta.
- B) Dentre os objetivos da CNV, estava o de promover o esclarecimento circunstanciado de casos de torturas, mortes e desaparecimentos forçados, identificando suas autorias, ainda que tais fatos tivessem ocorrido no exterior.
- C) Uma das recomendações expressas pela CNV às autoridades nacionais foi o fortalecimento das Defensorias Públicas (Recomendação n. 11), por entender que a atuação institucional é fundamental para assegurar a não repetição de abusos e promover a reconciliação nacional.
- D) O Relatório Final da CNV comprovou o caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos, refutando a explicação de que tais violações seriam atos isolados praticados por poucos militares.
- E) A criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) decorreu diretamente das recomendações da CNV para a criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura.

89. O Direito Antidiscriminatório trata das formas sistemáticas de opressão e desigualdade baseadas na raça, cor, ou origem étnica. A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância estabelece definições específicas para a discriminação.

De acordo com o Artigo 1º, parágrafo 2º, da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (incorporada ao direito interno com status constitucional pelo Decreto n. 10.932/2022), a discriminação racial indireta se configura como aquela que:

- A) Ocorre explicitamente, com a intencionalidade de proibir o acesso de pessoas negras a determinados locais ou serviços, tratando-se de uma manifestação do racismo por denegação.
- B) É caracterizada pela atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados, dependendo de forma fundamental do poder para efetivar o uso da força.
- C) Resulta de práticas, dispositivos ou critérios que, em teoria, visam proteger grupos minoritários historicamente discriminados, mas acabam por gerar consequências desiguais entre os indivíduos de um mesmo grupo racial.
- D) Manifesta-se em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas de um grupo específico, a menos que haja justificativa razoável e legítima.

E) É a consequência da aplicação de um critério aparentemente neutro que acarreta desvantagem para um grupo específico e deve ser proibida em todas as circunstâncias, pois a desvantagem particular afasta qualquer possibilidade de justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional.

90. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu um plano de ação global. Sobre a estrutura, os objetivos e a natureza jurídica desse plano de ação, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Brasil, reconhecendo a importância da igualdade étnico-racial, incorporou o ODS 18 ao bloco de constitucionalidade por meio do rito especial do Art. 5º, § 3º, da Constituição Federal.
- B) O primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1) visa erradicar a pobreza, sendo que o Brasil, em 2023, alcançou o cumprimento integral de todas as metas relacionadas a este objetivo, devido à retomada de programas sociais e políticas de transferência de renda.
- C) A Agenda 2030 se constitui como um exemplo de *soft law*, pois, embora seja um plano de ação universalmente adotado pelos Estados-Membros, seu descumprimento não acarreta a aplicação de sanções formais ou econômicas imediatas pelas Nações Unidas.
- D) O ODS 5, que trata da Igualdade de Gênero, possui aplicação restrita às mulheres cisgênero, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não pacificou o entendimento de que a Lei Maria da Penha é aplicável a mulheres transgênero.
- E) Diferentemente do PIDCP e do PIDESC, que são *hard law* e foram ratificados por todos os membros da ONU, a Agenda 2030 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) possuem natureza jurídica de tratados internacionais vinculantes.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

91. Quanto aos princípios institucionais, às garantias e as prerrogativas dos defensores públicos, é correto afirmar:

- A) A independência funcional figura tanto como um princípio institucional quanto como uma garantia do defensor público.
- B) O rol de garantias dos membros da Defensoria Pública previsto na LC nº 80/94 (independência funcional, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos) é exaustivo e deve ser repetido pelas leis de regência das Defensorias Públicas estaduais.
- C) A vitaliciedade é uma das garantias dos membros da Defensoria Pública.
- D) É uma prerrogativa dos membros da Defensoria Pública ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, não se aplicando aos defensores públicos eventuais vedações legais.

E) Embora o defensor público possa deixar de patrocinar ação manifestamente incabível, não lhe é permitido exercer juízo de conveniência sobre os interesses da parte sob seu patrocínio para fins de deixar de ajuizar demanda, já que a decisão acerca da conveniência ou não da ação judicial cabe apenas ao assistido, que é o titular do interesse juridicamente protegido.

92. A respeito das ondas de acesso à justiça, assinale a alternativa correta:

- A) As discussões acerca da desigualdade de gênero e raça nos sistemas de justiça são abordadas pela quinta onda de acesso à justiça.
 - B) A chamada “molecularização” do acesso à justiça é abordada pela terceira onda
 - C) A busca pela superação das vulnerabilidades organizacionais faz parte da sexta onda de acesso à justiça.
 - D) A problemática sobre o acesso às faculdades de direito e como se dá o ensino jurídico, que deve ser crítico e ético, faz parte da quarta onda de acesso à justiça.
 - E) A primeira onda de acesso à justiça buscou a desburocratização das estruturas e a simplificação dos procedimentos para efetivo acesso à tutela jurisdicional.
-

93. De acordo com a Resolução nº 90/2017/CSDP/MT, que fixa critérios para o deferimento da assistência jurídica pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, a assistência para pessoa jurídica que demonstre não possuir recursos para a contratação de advogado poderá ser prestada, desde que atenda, cumulativamente, a requisitos específicos de remuneração. Nesse sentido, é condição que a pessoa jurídica:

- A) Não remunere os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 2 (dois) salários mínimos, e não remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos.
- B) Não remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 2 (dois) salários mínimos, e não remunere os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos.
- C) Não remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo com valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos, e não remunere os sócios, individualmente, com *pro labore* ou lucros, em valor bruto mensal superior a 5 (cinco) salários mínimos.
- D) Não remunere qualquer colaborador (empregado ou sócio) com valor bruto mensal superior a 3 (três) salários mínimos, independentemente da natureza da remuneração.
- E) Remunere, individualmente, empregado ou prestador de serviços autônomo em valor bruto mensal de até 1 (um) salário mínimo e sócios em valor bruto mensal de até 2 (dois) salários mínimos.

94. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 146/2003, o Defensor Público-Geral será nomeado para mandato de:

- A) 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo escolhido em lista tríplice formada por voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 (trinta e cinco) anos.
- B) 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, sendo a escolha feita pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- C) 02 (dois) anos, vedada a recondução, exigindo-se apenas que o escolhido integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade.
- D) 04 (quatro) anos, permitida recondução ilimitada, com nomeação direta pelo Governador.
- E) 03 (três) anos, com recondução facultada por igual período, mediante eleição direta de todos os membros.

95. De acordo com as disposições da Lei Complementar Estadual nº 146/2003, sobre o regime disciplinar aplicado aos seus membros, a imposição da penalidade de demissão depende, essencialmente, do:

- A) Julgamento de procedência da imputação pela Corregedoria-Geral, com ratificação posterior pelo Defensor Público-Geral para a publicação do ato de demissão.
- B) Voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, para julgar o procedimento administrativo disciplinar e aplicar a pena, dada a gravidade da sanção.
- C) Julgamento de procedência da imputação pelo Conselho Superior, com quórum de maioria absoluta para a condenação, e da posterior publicação do ato correspondente pelo Defensor Público-Geral.
- D) Trânsito em julgado da decisão proferida pelo Defensor Público-Geral, que possui competência privativa para aplicar a penalidade de demissão, independentemente do julgamento do Conselho Superior.
- E) Parecer favorável do Colégio de Defensores Públicos, seguido da homologação pelo Governador do Estado, em razão da estabilidade do membro da carreira.

96. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 146/2003, as Subcorregedorias-Gerais e os Núcleos da Defensoria Pública do Estado são classificados, respectivamente, como órgãos de:

- A) Administração Superior e Atuação.
- B) Administração Superior e Execução.
- C) Auxiliares e Atuação.

- D) Execução e Atuação.
- E) Administração Superior e Auxiliares.

97. Acerca da legitimidade ativa para a propositura de pedido de Suspensão de Segurança ou de Suspensão de Liminar e Sentença, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Defensoria Pública:

- A) possui legitimidade ativa universal e irrestrita, equiparando-se ao Ministério Público por ser função essencial à Justiça.
- B) carece de legitimidade ativa, uma vez que o instituto é prerrogativa processual exclusiva da União, Estados, Municípios e autarquias.
- C) possui legitimidade apenas em casos especialíssimos para a preservação do interesse público primário, quando atua em defesa de suas prerrogativas institucionais próprias.
- D) detém legitimidade para o pedido de suspensão sempre que a decisão judicial puder causar grave lesão à ordem e à economia públicas em prejuízo de hipossuficientes.
- E) pode manejar o incidente de contracautela apenas em ações civis públicas, independentemente da natureza do interesse defendido.

98. Em relação à autonomia da Defensoria Pública e à instituição de regimes fiscais estaduais, o entendimento do Supremo Tribunal Federal define que:

- A) a autonomia funcional e administrativa da instituição possui caráter absoluto, impedindo a imposição de tetos de gastos por emenda constitucional.
- B) a participação da Defensoria Pública no processo legislativo que institui regime fiscal é obrigatória, sob pena de inconstitucionalidade formal.
- C) é constitucional a emenda à Constituição estadual que institui regime fiscal temporário aplicável indistintamente aos Poderes e órgãos autônomos.
- D) a fixação de limites de despesas primárias para a Defensoria Pública caracteriza retrocesso social por atingir o núcleo essencial do direito à assistência jurídica.
- E) a validade de emenda constitucional estadual sobre matéria financeira exige intervalo mínimo de dez dias entre os dois turnos de votação na Assembleia Legislativa.

99. De acordo com a Resolução nº 79/2015/CSDP, alterada pela Resolução nº 169/2024/CSDP/MT, sobre a atuação da Defensoria Pública em feitos criminais:

- A) O Defensor Público deve aceitar nomeação para atuar como defensor dativo em processos nos quais

o advogado constituído, embora intimado, não compareça ao ato processual.

B) É obrigatória a atuação do Defensor Público em cartas precatórias, independentemente de haver advogado constituído no processo de origem.

C) Na inércia do advogado constituído, o membro da Defensoria Pública deve assumir o patrocínio da causa imediatamente, dispensando nova intimação da parte.

D) O exercício da assistência jurídica criminal a quem não constituiu advogado independe da necessidade econômica do beneficiário, devendo-se, porém, requerer o arbitramento de honorários se o assistido possuir recursos.

E) O Defensor Público poderá ser constrangido a agir em desconformidade com sua consciência ética ou profissional, desde que por determinação expressa da autoridade judiciária.

100. Nos termos da Resolução nº 018/2023/DPG, a ocorrência de conflito de interesses no exercício de cargo ou função na Defensoria Pública de Mato Grosso:

A) depende, obrigatoriamente, da comprovação de lesão efetiva ao patrimônio público.

B) pressupõe o recebimento de vantagem econômica ou ganho financeiro pelo agente público ou por terceiro.

C) configura-se, após o exercício do cargo, pelo uso de informação privilegiada apenas pelo período de seis meses.

D) independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho.

E) restringe-se aos membros da carreira, não se aplicando aos servidores ocupantes de cargos comissionados.